

A TERRITORIALIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

BRUNA OLIVEIRA¹; HELENA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA²; JANINE
WAECHTER³; EDUARDO DICKIE DE CASTILHOS⁴

¹Programa de Pós Graduação em Odontologia - UFPEL – brunaoliveiraf.98@gmail.com

²Programa de Pós Graduação em Odontologia – UFPEL - helena.pereira@gmail.com

³Programa de Pós Graduação em Odontologia – UFPEL - janinewaechter@hotmail.com

⁴Faculdade de Odontologia - UFPEL – eduardo.dickie@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A territorialização consiste em uma técnica de reconhecimento do território utilizada pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) da Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de conhecer melhor as características, potencialidades, fragilidades, condições de vida e situação de saúde da população adscrita às unidades básicas de saúde (UBS) (FARIA, 2020; BRASIL 2011). Tal ferramenta permite que a atuação profissional seja focada no indivíduo mas, para além das fichas e exames clínicos, possibilita a coleta de informações de fontes diferentes e ampliando a visão do contexto de saúde, auxiliando no planejamento de ações mais específicas a partir das especificidades de cada população (COLUSSI E PEREIRA, 2016). A ferramenta consiste na construção de mapas das áreas de abrangência da unidade de saúde, levando em conta as características geográficas e também a organização social daquela comunidade, pontuando as barreiras físicas de acesso da população e também elementos que podem influenciar diretamente a situação de saúde das pessoas (BISSACOTTI; GULES; BLÜMKE, 2019).

A equidade em saúde é um dos princípios doutrinários do SUS e é um tema que tem recebido cada vez mais atenção. De acordo com MAGALHÃES et al. (2013), o local de moradia é um importante determinante social, fruto de diversos processos econômicos e socioculturais que vão condicionando os indivíduos e suas escolhas. O local de moradia também apresenta impacto na qualidade de vida do indivíduo, afetando de maneira significativa como e quando ele poderá realizar a manutenção de sua saúde e cuidados pessoais.

No contexto da saúde coletiva, o acesso à saúde pode ser entendido e quantificado através do primeiro contato do usuário com a unidade de saúde, principal porta de entrada no SUS. Porém, de forma mais ampla, também podemos definir acesso como a capacidade de uma pessoa ou comunidade em utilizar efetivamente os serviços de saúde disponíveis por sua própria iniciativa, definição intimamente ligada às características do território em que a pessoa vive.

A territorialização é, portanto, uma estratégia que busca compreender a relação entre a saúde e o território, considerando os determinantes sociais da saúde e a influência de um determinado espaço geográfico nas condições de vida e saúde da população. Dessa forma, o conhecimento da realidade propicia um planejamento e implementação de ações de promoção, prevenção e assistência à saúde de forma adequada e contextualizada.

O objetivo do presente estudo é, portanto, revisar a literatura disponível sobre o uso da territorialização como instrumento na prática da Atenção Básica. Tal estudo é uma etapa prévia à execução de um estudo exploratório.

2. METODOLOGIA

A partir da definição do tema desta revisão sistemática da literatura, a busca foi feita utilizando os seguintes termos MeSH e palavras-chaves: Análise Espacial, Spatial Analysis, Spatial Epidemiology, Atenção Primária à Saúde, Territorialidade, Geografia Médica, Saúde da População, Epidemiologia, Desigualdades em Saúde, Disparidades em Saúde, Equidade em Saúde, Determinantes Sociais da Saúde, Fatores Socioeconômicos, Acesso aos Serviços de Saúde, Atenção Primária à Saúde, Cobertura de Serviços de Saúde, Acesso Geográfico e Serviços de Saúde.

As buscas foram realizadas em junho de 2023 nas bases de dados Pubmed, Scielo e Google Scholar, onde foram encontrados 13, 36 e 14 artigos, respectivamente, totalizando 63 artigos para a primeira análise. Após a leitura do título e resumo por uma pesquisadora (B.O), foram excluídos 50 artigos por não se enquadarem na temática do trabalho, permanecendo, portanto, 13 artigos para análise do texto completo. Após a leitura integral, foram excluídos outros 10 artigos, restando 3 artigos para compor a amostra final. O critério de inclusão dos artigos foi a utilização de estratégias de territorialização no contexto da atenção básica à saúde ou de medição de barreiras físicas em relação ao acesso a serviços de saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram encontrados 3 artigos, em língua portuguesa, publicados entre 2019 e 2022, realizados no Brasil. Dois artigos (CAMARGO; OLIVER, 2019; CALISTRO et al., 2021) incluídos abordavam a estratégia de territorialização utilizando softwares para a construção de mapas, aplicada à atenção básica como objetivo principal. O terceiro artigo (LIMA, 2022) teve como objetivo a identificação das principais barreiras físicas no acesso à atenção básica. Nenhum dos artigos encontrados buscou utilizar a construção de mapas para medir a relação das barreiras físicas existentes no território analisado com o acesso aos serviços de saúde.

No estudo de Lima et al (2022), os autores analisaram a acessibilidade à Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos do Oeste do Pará. O estudo, de abordagem qualitativa, incluiu 5 municípios com diferentes características sociodemográficas, além de 58 entrevistas com gestores, profissionais da saúde e usuários, concluindo que as barreiras de acesso geográfico estão relacionadas a longas distâncias, tempo e custo do deslocamento, variações sazonais dos rios e condições das vias terrestres. As diferentes características geográficas fazem com que os usuários criem rotinas diferenciadas para driblar as dificuldades de acesso, como realizar consultas diretamente na atenção especializada, cidades vizinhas ou na UBS mais próxima, sendo comum nas áreas rurais os moradores realizarem múltiplas tarefas no mesmo dia como ir ao banco, comércio no centro das cidades vizinhas e também a consultas médicas para otimizar o deslocamento, ou até mesmo postergar a realização de consultas de rotina.

A territorialização também é uma estratégia que pode auxiliar os profissionais de saúde na rotina, no estudo de Camargo e Oliver (2019), a através do georreferenciamento e do Google Maps, foi desenvolvido um mapa voltado para profissionais de saúde, com dados da localização e número de serviços de saúde ofertados na microárea de abrangência de uma UBS, visando orientar encaminhamentos, fornecer orientações corretas sobre a disponibilidade de serviços

dentro da região de abrangência, assim como período de atendimento, contato e endereço.

No estudo de Calistro et al. (2021), a territorialização foi utilizada para auxiliar a ESF do programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, na cidade de Crato, no Ceará, de forma a mapear a vulnerabilidade social das famílias cobertas pela equipe. Através da ferramenta SW Maps, identificou-se ruas e travessas que constituem pontos de risco e locais propícios à situação de vulnerabilidade para a comunidade, como esgoto a céu aberto, terrenos baldios e casas abandonadas que podem oferecer riscos devido ao descarte incorreto de lixo e acúmulo de água parada. No mesmo estudo foi observado que essas áreas também tinham concentração de condições clínicas como alcoolismo, hipertensão arterial sistêmica e diabetes *mellitus* e usuários sem cadastro ou cadastro incompleto na UBS de referência. Também houve uma grande variação de renda per capita mensal entre as microáreas observadas.

A diferença espacial dentro de determinado território produz diversas realidades e sugere uma reorganização das estruturas organizacionais para promover o acesso e a acessibilidade à saúde. A análise da influência dos espaços adscritos às unidades de saúde no processo saúde-doença, como um importante determinante social, sugere que dados individualizados sejam associados a dados ecológicos, permitindo também a construção de desenhos com maior potencial estatístico analítico (MOREIRA et al. 2007).

As condições geográficas influenciam o cotidiano da APS em todos os municípios, é necessário que ocorra a flexibilização no caso do deslocamento de usuários do interior, embora exista unidades de referência as características do território podem alterar completamente a dinâmica (KULIG et al, 2008). Buscar cuidado também pode consumir muito tempo para o usuário, gerando consequências como o agravio das doenças sobrecregendo o sistema com demandas que poderiam ser resolvidas com uma atenção básica eficiente (SOUZA et al., 2022)

4. CONCLUSÕES

A presente revisão mostra que a literatura disponível sobre territorialização é bastante heterogênea e escassa, existem poucos artigos utilizando métodos geográficos para a coleta de dados nesse contexto. Não foram encontrados métodos validados e consolidados para medir barreiras físicas ao acesso aos serviços de saúde disponíveis para serem utilizados pelas Equipes de Saúde da Família, ficando a critério de cada equipe desenvolver seu próprio método. No entanto, a estratégia tem tido resultados positivos para a identificar potencialidades e vulnerabilidades locais que são sensíveis à Atenção Primária à Saúde no Brasil e impactam diariamente na organização do serviço.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISSACOTTI, A.P; GULES, A. M.; BLÜMKE, A. C. Territorialização em saúde: conceitos, etapas e estratégias de identificação. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v.15, n. 32, p. 41 - 53, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM de nº 2.488 de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da

Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em 12 Setembro 2023.

CALISTRO, M. DE O. et al.. Territorialização com uso de georreferenciamento e estratificação de vulnerabilidade social familiar na Atenção Básica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 6, p. 2141–2148, 2021.

CAMARGOS, M. A. DE.; OLIVER, F. C.. Uma experiência de uso do georreferenciamento e do mapeamento no processo de territorialização na Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1259–1269, 2019.

COLUSSI, Claudia Flemming; PEREIRA, Katiuscia Graziela. **Territorialização Como Instrumento do Planejamento Local na Atenção Básica**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Saúde Pública, 2016.

FARIA, R. M. DE. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 11, p. 4521–4530, 2020.

KULIG, Judith C. et al. How do registered nurses define rurality?. **Australian Journal Rural Health**, v. 16, n. 1,p. 28-32, 2008.

LIMA, J. G. et al.. Barreiras de acesso à Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos do Oeste do Pará. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, p. e0061, 2022.

MAGALHÃES, K. A. et al.. A habitação como determinante social da saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 57–72, 2013.

MOREIRA, R. DA S.; NICO, L. S.; TOMITA, N. E.. A relação entre o espaço e a saúde bucal coletiva: por uma epidemiologia georreferenciada. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 275–284, 2007.

SOUZA, Amandia B. L. et al. Primary health care in the Amazon and its potential impact on health inequities: a scoping review. **Rural and Remote Health**, Austrália, v. 22, n. 1, 2022.